

PUNTEL, L.B., *Sein und Nichts: Das ursprüngliche Thema der Philosophie*, Tübingen: Mohr Siebeck, 2022, 632p. ISBN: 978-3-16-161090-5

Lawrence Krauss em seu livro *A Universe from Nothing* (O Universo a partir do Nada) pretende ressuscitar e responder em termos científicos à velha pergunta de Leibniz: “Por que existe algo ao invés de Nada?” (*Pourquoy il y a plutôt quelque chose que rien?*). Sua ideia é que o Universo surgiu *espontaneamente* do Nada e, por isso, não precisamos da ideia de um Criador. Porém, o que é o “Nada” de Krauss e tantos outros físicos? Trata-se de um conceito imensamente reduzido. Segundo Krauss, o “Nada” aludido significa o mesmo que “espaço vazio” capaz de gerar de forma espontânea o Universo e suas leis, ficando patente que o “Nada” referido é apenas um “Nada-relativo-a-tudo-que-existe” e não um “Nada-absoluto”, ou seja: constitui um Algo-de-Ser. Se é assim, persiste a pergunta: como explicar este “Nada-relativo-a-tudo-que-existe” ou Algo-de-Ser? O que este Algo-de-Ser diz sobre o Ser como tal e em seu todo? Mais ainda, como se poderia radicalizar a pergunta de Leibniz e aplicá-la não a este Algo-de-Ser, mas ao Ser enquanto tal: por que, afinal, há o Ser como tal e não o Nada absoluto? Estas questões não são mais perguntas científicas, senão aquelas mais fundamentais da filosofia, ou seja, aquelas que abrangem o sentido do Ser enquanto tal. É sobre estas questões que reflete o prof. Lorenz Bruno Puntel, Emérito da Universidade de Munique, em seu novo livro “*Sein und Nichts: das ursprüngliche Thema der Philosophie*” (SuN), publicado

na Alemanha e, brevemente, também numa versão em português.

O livro aparece como o último volume de uma trilogia dedicada à questão do Ser. O primeiro volume constitui o livro “Estrutura e Ser” (EeS) de 2006 e o segundo, “Ser e Deus” (SeD) de 2010, etapas fundamentais na construção do programa filosófico do prof. Puntel, denominado *filosofia estrutural-sistemática* (FES). O autor visa tematizar a questão do Ser dentro de uma Teoria onicompreensiva adequada (para a qual cunha o neologismo *Einailogia*) a fim de superar a longa tradição metafísica, criticada por Heidegger como uma onto-teo-logia, incapaz de tematizar a diferença entre *ente* e *Ser*<sup>1</sup>. Contudo, a questão do Ser já tinha sido tratada nos volumes anteriores. A perspectiva nova de SuN constitui exatamente a inclusão do tema “Nada” como estratégia fundamental para se vislumbrar a dimensão oniabrangente do Ser. A ideia do “Nada”, como negação do Ser, desenvolve dois papéis: 1) mostra que todo ente constitui um nada-relativo enquanto nega o Ser de

<sup>1</sup> Cabe aqui uma observação acerca das palavras “ente” e “Ser”, que traduzem as palavras latinas *ens* e *esse*. No latim, grego e alemão há uma distinção morfológica entre *ente* e *Ser*, o que geralmente não acontece nas línguas neolatinas (como português, italiano, francês) e inglesa, onde o termo *ens/öv/Sein* pode ser traduzido com o mesmo termo utilizado para traduzir *esse/εἶναι/Sein*. Puntel procura evitar a confusão terminológica nestas línguas, traduzindo *esse* com uma inicial maiúscula e *ens* com uma inicial minúscula. Assim, *ens* e *esse* vêm, respectivamente, traduzidos em português por “ser/ente” e “Ser”, em inglês por “being” e “Being”, em francês por “être” e “Être”.

outro ente; 2) revela a posição absoluta do Ser ao ser tomado como um conceito concorrente e autocontraditório, ou seja, ao ser conjecturado como Nada-absoluto. Nos dois casos, o conceito de nada exerce o papel capital de desvelar a dimensão dos entes e do Ser.

Nos três volumes da trilogia, o autor persegue uma intuição básica e simples, mas difícil de alcançar e assimilar, a saber: a dimensão última do Ser é pressuposta em todo uso teórico da linguagem. Sem grande rigor, poder-se-ia explicitar esta intuição da seguinte forma: quando pronuncio uma simples sentença/proposição verdadeira, por exemplo: “está chovendo” ou “chove”, afirmo que a *ação* de chover está ocorrendo num ponto determinado do espaço-tempo, mas, outrossim, apontando indiretamente para a ação de chover em geral, ou seja, para toda a “dimensão ‘chuva’”. Mas, a ação de chover pressupõe igualmente outras dimensões da realidade que a limitam ou contrastam, isto é: “está ocorrendo (sendo) chuva” e não “está ocorrendo (sendo) neve” etc. Este procedimento pode ser ainda alargado ao se observar que uma dimensão última vem pressuposta como “espaço” ilimitado, no qual se desdobram todas as dimensões que estão “ocorrendo” ou “sendo”. Esta análise teórica colhe o sentido daquele “sendo” de todos os entes e dimensões, apontando para a dimensão absolutamente universal do Ser primordial. De fato, para Puntel, a intuição da dimensão do Ser não constitui uma *experiência misteriosa*, como pensava Jacques Maritain, mas resultado de esmerado e árduo trabalho filosófico. Assim, o livro SuN representa mais um esforço do autor na tentativa de explicitação de sua intuição básica, agora utilizando o conceito limite do “Nada”.

O livro está dividido em duas longas partes: a primeira prevalentemente

*histórico-crítica* e a segunda prevalentemente *sistemática*. O advérbio “prevalentemente” é aplicado devido a uma intrínseca interconexão entre as duas partes, pois nem a primeira parte pretende ser puramente histórica, mas prepara criticamente a parte sistemática, nem a parte sistemática permanece isolada argumentativamente da parte histórica. Ademais, o autor propositamente transportou da primeira para a segunda parte (capítulos de 5 a 7) a crítica a Kant, Hegel e Husserl para aproveitá-la na construção sistemática de sua Teoria do Ser, entendida como uma superação da grande tradição transcendental-idealista-fenomenológica da filosofia da subjetividade.

Na primeira parte (7 capítulos), o autor analisa o legado filosófico do ocidente, de Parmênides a Quine, visitando seja a tradição continental, seja aquela analítica, no intuito de constatar aquilo que Heidegger denominava de o “esquecimento do Ser” (*Seinsvergessenheit*), a saber: que a dimensão do Ser foi “ignorada e, por isso, não tematizada” (p. VIII). Ao invés disso, desenvolveu-se na história da filosofia uma ciência do “ente enquanto ente” (*Ontologia*) e jamais uma ciência do “Ser enquanto Ser” (*Einaílogia*). A análise histórico-crítica se volta, portanto, para a filosofia grega (Parmênides, Platão, Aristóteles e Plotino/Porfírio), para a filosofia escolástica medieval (Tomás de Aquino, Meister Eckhart), para a escolástica tardia (Duns Scotto, Francisco Suarez, Christian Wolff), para a idade moderna (Leibniz e, na segunda parte do livro: Kant e Hegel), para a idade contemporânea (Nietzsche, Heidegger, Husserl, Sartre, A. Meinong, J.-L. Marion). Além disso, a tradição analítica ocupa um lugar central na parte histórico-crítica (Quine, Peter van Inwagen, Kit Fine) e na parte sistemática (T. Williamson, Brandon, Tugendhat). Em poucas palavras, o autor analisa na primeira parte as várias

épocas e mais importantes expressões do pensamento metafísico e mostra a lacuna ou “esquecimento” da questão sobre o Ser.

Além do lugar central do conceito de “Nada” para uma teoria do Ser, que novidade aparece nesta primeira parte em relação aos dois outros volumes da trilogia? SuN tem o grande mérito de perseguir a questão do Ser e Nada na história de forma meticulosa e crítica, mostrando como os filósofos foram incapazes de intuir a dimensão onibranigente do Ser, resvalando sempre numa teoria dos entes. Nesse sentido, o conceito de “Nada” será crucial para entender esta tradição que, fixando-se no ente ou nada-relativo, esqueceu-se de conjecturar o Nada-absoluto e seu corolário lógico: a dimensão última e absoluta do Ser. Dessa forma, o binômio “Ser e Nada” oferece uma chave interpretativa essencial para uma análise histórica com escopos sistemáticos, constituindo leitura obrigatória para qualquer filósofo interessado em metafísica. Certamente, a lista reduzida dos filósofos analisados é por si um problema, mas compreensível devido à extensão dos autores que trataram de questões metafísicas. A propósito, a famosa expressão heideggeriana *diferença ontológica* (ontologische Differenz) vem refinada por Puntel, que observa ser esta expressão o exemplo de um histórico esquecimento da diferença entre ente e Ser. O autor prefere, então, denominar a diferença esquecida de *diferença onto-einailógica*, com o intuito de ressaltar os dois elementos da diferença: ente(s) (ὄν/ὄντα) e Ser (εἶναι) (p. 535).

A segunda parte (10 capítulos) procura apresentar uma Teoria do Ser adequada e apta para preencher as exigências do nosso tempo, sobretudo, uma capaz de atinar para o papel irrecusável e central da linguagem no empreendimento teórico. O primeiro

capítulo desta parte resgata o longo trabalho de elaboração de um *quadro teórico linguístico*, apresentado já nos três primeiros capítulos de EeS, a saber: Sistemática global, Sistemática da teoricidade e Sistemática estrutural, que representam a base sistemática da Teoria do Ser. A convicção do autor é aquela de que nenhuma teoria rigorosa pode descurar do problema da linguagem. De fato, o binômio “Estrutura e Ser” na FES mostra que a dimensão do Ser não pode ser apreendida sem a dimensão estrutural da linguagem, fazendo desta um pressuposto imprescindível e digno de atenção. O fato é que a maioria dos filósofos se descuidou deste fator, assumindo uma linguagem inadequada. Puntel defende que a linguagem utilizada no empreendimento teórico-filosófico precisa ser enxuta, coerente e sem ambiguidades, ou seja, diferente das linguagens naturais, que pressupõem sempre uma ontologia (a da substância/objeto) e semântica (composicional com a estrutura sujeito-predicado) incoerentes. Com um quadro teórico linguístico constituído de sentenças sem a estrutura sujeito-predicado, ou como denomina a FES, *sentenças primas* capazes de expressar *proposições primas verdadeiras* (= *atos primos*), o autor inicia seu trabalho de explicitação da dimensão do Ser.

Na realidade, o mais importante na construção de sentenças/proposições/fatos primos constitui o desvelar da dimensão do Ser a partir do caráter universal de tais sentenças, como afirmamos acima. Com efeito, um dos traços fundamentais e inovadores da FES consiste na elucidação da dimensão teórica da linguagem, que proporciona acesso direto à dimensão onibranigente do Ser. Neste nível de discurso, a realidade vem exposta a partir de uma subjetividade universal e não a partir de qualquer particularidade do sujeito. “Subjetividade universal”

é entendido pelo autor como aquela perspectiva própria de quem realiza um empreendimento teórico, a saber: desprovida de qualquer fator restritivo como circunstâncias históricas e sociais, crenças pessoais, limites culturais, dogmas institucionais etc. Em síntese, uma subjetividade *coextensiva com o Ser em seu todo*. Esse, segundo o autor, foi o ponto não compreendido por toda a tradição da filosofia da subjetividade, que fechou a subjetividade sobre si mesma e a impossibilitou de tematizar a dimensão do Ser. Na perspectiva universal, sentenças/proposições primas do tipo “é o caso que...” *expressam* a própria realidade e *demonstram a coextensividade do espírito com o Ser mesmo*, ou seja: a realidade expressa é desvelada como pertencente à dimensão oníabrangente do Ser. Quando tais sentenças são aplicadas à dimensão do Ser como tal surgem sentenças primas do tipo “é o caso que X Ser” (“*Es verhält sich so, dass Sein-t*”) e que também podem ser expressas numa linguagem natural com expressões do tipo “Está sendo”, “há realidade”, “há o Ser”. Estas sentenças no quadro teórico da FES expressariam a dimensão do Ser da forma mais elementar e radical possível.

Todo este trabalho sobre o quadro teórico foi exaustivamente realizado em EeS e vem apresentado aqui como preparação para a abordagem contencuística nos capítulos 2-4 e 8-10. Enquanto os capítulos 2-4 apresentam uma *Ontologia Sistemática*, os capítulos 8-10 representam aqueles centrais da parte sistemática, nos quais o autor apresenta sua *Einailogia Sistemática* ou Teoria do Ser como tal e em seu todo. De fato, os últimos capítulos são esmiuçados em três (sub)Teorias do Ser.

A primeira (sub)Teoria do Ser (capítulo 8) explicita o Ser enquanto tal através das chamadas *características imanentes* do Ser. O autor esclarece que tal parte

da Teoria não tematiza a conexão entre a dimensão do Ser e os entes, mas considera o Ser em si mesmo (p. 521). Em relação a EeS (cf. p. 580ss) e SeD (cf. p. 202ss), este ponto traz uma sutil distinção não feita antes entre *características imanentes* e *fatores imanentes*, a saber: *características imanentes* (i.e.: inteligibilidade universal, expressabilidade/linguisticidade, coerência universal, verdade universal, bondade universal, beleza universal) são características do Ser enquanto tal vistas em *relação* à subjetividade universal/pensamento, enquanto os *fatores imanentes* do Ser (i.e.: Intellecto, Expressão/Linguagem, Verdade, Bondade, Beleza) são vistos em *si mesmos*. Em última análise, as duas perspectivas se correspondem (*entsprechen*), mesmo que haja certa precedência dos *fatores* sobre as *características* imanentes. Isto se explica pelo primado da dimensão do Ser em relação à dimensão da subjetividade universal/pensamento, uma vez que esta pressupõe a dimensão primordial do Ser e não o contrário. Deveras, a subjetividade universal/pensamento é, antes de qualquer coisa, um não-Nada (*nicht-Nichts*) ou algo-*de-Ser*.

A segunda (sub)Teoria do Ser (capítulo 9) dá um passo adiante ao perguntar se a dimensão dos entes ou Entidade (*Seiendheit*) constitui a primordial e última dimensão do Ser. Lembrando que, para a FES, a dimensão da Entidade constitui a interconexão intensional e extensional entre todos os entes contingentes. O autor traz duas versões de uma prova (*Beweis*) “modal-sistemática” contra tal asserção, indicando que tal prova nunca fora articulada dessa forma na história da filosofia ou teologia (cf. p. 552). Na verdade, utilizar a contingência do mundo para se chegar a Deus não representa uma novidade na tradição filosófica. À diferença desta tradição, o “argumento da contingência” articulado em SuN não quer provar a “existência”

de Deus, senão a necessidade de uma dimensão oniabrangente do Ser. O tema “Deus”, segundo o autor, não cabe nesta fase da argumentação, mas vem articulado apenas depois de uma Teoria compreensiva. Além disso, os tradicionais argumentos da contingência são sempre feitos num quadro teórico que negligencia a diferença onto-einailógica entre ente e Ser, como mostrou a primeira parte do livro.

A primeira versão da prova (de baixo para cima) conclui da contingência da dimensão da Entidade a possibilidade do nada-relativo. A segunda e mais importante versão (de cima para baixo) constitui o ápice da temática *Ser e Nada* ao concluir da impossibilidade do Nada-absoluto a necessidade de uma dimensão oniabrangente do Ser. Ambas as versões levam à conclusão da bidimensionalidade do Ser, a saber: há uma dimensão primordial e necessária (*Ur-Dimension*) e há uma dimensão derivada e contingente da Entidade (*Ab-Dimension*), mostrando, assim, como se pode tematizar o Ser como um todo. A argumentação neste ponto não difere daquela realizada em EeS e SeD. No entanto, em SuN a segunda versão traz duas formulações novas: uma na linguagem da FES, ou seja: sem a estrutura sujeito-predicado e outra através da lógica modal, entendida como uma formalização mínima capaz de contribuir para a explicitação do argumento.

Por fim, a terceira (sub)Teoria do Ser (capítulo 10) esclarece a relação entre as dimensões absolutamente necessária e contingente do Ser. A conexão entre as duas dimensões ajuda a especificar melhor a dimensão primordial do Ser como *Espírito*, entendido como uma configuração de Intelecto, Vontade e Liberdade. Nesse ponto, o autor discorre sobre o problema do *Nada relativo*, uma vez que a tese do Nada-Absoluto

foi antes refutada. Se a dimensão da Entidade é contingente, ou seja: poderia ser ou não ser, deve-se então perguntar por que ela *é/existe* de fato. O autor encontra no conceito de *criação* a resposta mais satisfatória a esta pergunta: a dimensão absolutamente necessária, configurada como Espírito Inteligente e Livre, *quis* colocar no Ser a dimensão da Entidade, i.e., de todos os entes. Esta argumentação já se encontrava em EeS e SeD, mas aqui é dedicada uma parte considerável a este problema com novas explicitações. No final do capítulo, encontra-se a questão acerca da relação entre a Teoria do Ser e o problema de *Deus* das religiões. Nesse aspecto, o livro não traz novidades em relação a SeD, senão um melhor esclarecimento da “cesura metodológica” que acontece na filosofia ao tratar da história das grandes religiões, a fim de investigar que outros traços do Espírito Absoluto e livre poderiam ser tematizados.

Do ponto de vista sistemático, a maior novidade em relação a EeS e SeD constitui a inserção e explicitação da dimensão da Entidade (*Seiendheit*) com as várias subdimensões de entes que ali se encontram. Em EeS, Puntel já falava da dimensão do Mundo (Sistemática do Mundo) como a dimensão própria dos entes contingentes, mas agora os entes são divididos em quatro subdimensões: 1. A subdimensão dos entes *atuais-concretos* ou *atuais-positivos*; 2. A subdimensão dos entes *possíveis*; 3. A subdimensão dos entes *atuais-abstratos*; 4. A subdimensão dos entes *fictícios*. Tal inclusão foi devida ao esforço de lançar clareza sobre a distinção entre ente-Ser e nada-relativo/Nada-Absoluto, centrais para o seu argumento modal que defende a bidimensionalidade do Ser. Além disso e, talvez, o mais importante: o livro dá um tratamento específico à conectividade (*Zusammenhang*) intrínseca da dimensão da Entidade e mostra detalhadamente como esta dimensão

não pode constituir a dimensão última do Ser.

Outra novidade do livro é sua abordagem acerca dos mundos possíveis, que constitui uma temática importante para alcançar a dimensão oniabrange. Puntel discute longamente com Timothy Williamson e trata de teorias com as quais não havia se confrontado nos livros anteriores, i.e., necessitismo e contingentismo. Por fim, a novidade mais clara da parte sistemática consiste no seu embate com a filosofia da subjetividade, uma vez que sua superação representa o passo decisivo para se chegar à Dimensão do Ser. Puntel empreende um enorme esforço para mostrar que Kant, Hegel e Husserl não atinaram para a dimensão do Ser, permanecendo encarcerados na própria subjetividade. Para mostrar este ponto decisivo, o autor recorda e aprofunda a crítica de Heidegger a Husserl ao detectar no pensamento fenomenológico a falha da não tematização daquela dimensão pressuposta na relação sujeito-objeto, a saber: a dimensão oniabrange do Ser, da qual fazem parte seja a subjetividade, seja a objetividade transcendentais.

Por fim, cabe uma pergunta ousada: qual o lugar histórico desta trilogia sobre a questão do Ser na filosofia? Muito tem se falado em *metafísica* nas últimas décadas, sobretudo, na tradição analí-

tica. No entanto, o termo “metafísica” sempre se refere a uma reflexão sobre as estruturas últimas da dimensão dos entes ou sobre entes específicos, seja ele o universo como conjunto extensivo dos entes, seja ele a consciência nos debates da filosofia da mente, ou ainda Deus, como causa primeira do universo em debates de teologia filosófica. É surpreendente que tais debates abarquem apenas aquilo que a tradição chamava de *metaphysica generalis* e *metaphysica specialis*, para usar uma expressão de Francisco Suárez/Christian Wolff. Isto significa que a “metafísica contemporânea”, seja ela de cunho analítico ou continental, ainda não atinou para a questão do Ser, tratando dos entes ou do conjunto dos entes, mas sempre reproduzindo o mesmo esquecimento da dimensão do Ser denunciado por Heidegger. A esperança é que a trilogia de Puntel possa nos despertar deste “cochilo dogmático” (*dogmatischer Schlummer*) e nos introduza numa nova era para a Metafísica (quicá intitulada agora de *Einailogia*), na qual a velha e primordial pergunta sobre o Ser arraste os filósofos e sobre novos ares nesta indispensável e instigante disciplina chamada *filosofia*.

Wellistony C. Viana  
PUG - Roma

BECKENKAMP, Joãozinho. *Introdução à filosofia crítica de Kant*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, 454 p. ISBN: 978-85-423-0178-6.

*Introdução à filosofia crítica de Kant*, livro recém-publicado por Joãozinho Beckenkamp, doravante denominado autor, constitui um divisor de águas no âmbito da literatura secundária disponível em língua portuguesa (e estrangeira até onde se pode atestar) destinada a servir de introdução ao *corpus* kantiano — de modo que não seria exagero dizer que ele já nasce, dentro deste gênero literário, como um clássico. Embora a nomenclatura “*Introdução*” sugira facilidade, está-se diante de uma obra assaz hermética — seja para um neófito, seja para um *expert* em determinada temática kantiana. Enquanto obra introdutória ela não apresenta temas genéricos ou voltados para um domínio específico, em vez disso, fornece, por meio de uma construção sistemática, vale dizer, percuciente, uma chave de leitura do conjunto do empreendimento kantiano.

O título dado à obra em referência talvez pudesse sugerir que ela tivesse se restringido, em seu objetivo, ao período denominado crítico em detrimento do pré-crítico (caso esta separação metodológica/conteudística ainda seja possível), ou reduzindo ainda mais este escopo, talvez ele pudesse sugerir que se trata apenas de uma introdução às três críticas, à da razão pura, à da razão prática, e, por fim, à da faculdade do juízo, pondo de lado, portanto, até mesmo os escritos publicados depois de 1781, data em que veio a lume, após uma década de gestação, a *Crítica da razão pura* — inauguradora da fase crítica.

A leitura da obra, entretanto, revela que a empreitada do autor abrange um campo muito mais amplo, pois cada tópico da filosofia crítica sobre o qual ele se debruça encontra-se las-

treado (quando da sua possibilidade) na filosofia pré-crítica. Sendo assim, o título *Introdução à filosofia crítica de Kant* poderia perfeitamente — sem prejuízo de compreensão — ser ampliado para “*Introdução à filosofia de Kant*”, porquanto todo *corpus* kantiano é trazido à baila. Mais ainda: a considerar o robusto primeiro capítulo, que dá conta da posteridade devedora de Kant (sem o qual ela ainda não aprendeu a pensar), de um lado, e os influxos que o filósofo de Königsberg recebeu de seus contemporâneos e de seus predecessores como ressalta do segundo capítulo, de outro, está-se seguramente diante de uma “*Introdução ao pensamento moderno e pós*”, em que Kant figura como estrela de maior brilho. Razão pela qual, esta abrangência interpretativa não resulta apenas da ousadia do autor — a propósito muito bem-vinda em matéria de filosofia —, mas constitui mesmo uma necessidade quando se enfrenta o *corpus* kantiano que como campo de força gravitacional atrai tudo para si. O mérito do autor neste ponto foi, sem dúvida, o de ter realizado com sucesso esta difícil e incomum tarefa em um livro de 454 páginas, composto de 12 capítulos, além de uma brevíssima apresentação, na qual — reconhecendo a sua filiação (que, aliás, se deve a Balthazar Barbosa Filho, a Wolfgang Carl, a Konrad Cramer, a Jürgen Stolzenberg e a Zeljko Loparic, dando, é claro, a César o que é de César...) — ele mostra, já de saída, a que veio, ou seja, oferecer uma exposição sistemática da filosofia crítica de Kant, pela primeira vez, quiçá, concebida originalmente em língua portuguesa. Isso se se desconsidera a empreitada semântica de Loparic realizada, entretanto, em mais de um trabalho.

Composta, portanto, de 12 capítulos (como já se registrou), esta obra aborda numa exposição extremamente lógica *A atualidade da filosofia crítica kantiana*

(no Cap. I), *A formação do programa da filosofia crítica* (no Cap. II), *A analítica transcendental: lógica da verdade e ontologia* (no Cap. III), *O paradoxal pensamento dos limites do pensamento* (no Cap. IV), *Ciência moderna e determinação dos limites da razão* (no Cap. V), *Procedimentos analógicos na filosofia crítica* (no Cap. VI), *A dialética transcendental: lógica da ilusão e catarse metafísica* (no Cap. VII), *A função defensiva da crítica da razão pura* (no Cap. VIII), *O lugar da legislação moral e suas consequências* (no Cap. IX), *Crítica e Teleologia* (no Cap. X), *O gosto e a finalidade subjetiva* (no Cap. XI) e, por fim, *Imaginação, reflexão, arte* (no Cap. XII). Importa ressaltar que cada um desses capítulos contém subtópicos, a despeito da ausência deles em sumário, o que reforça ainda mais a sistematização da exposição feita pelo autor. Assim, a julgar pela distribuição dos capítulos aludidos, fica notória a ênfase dada por ele à primeira *Crítica*. Mas se trata, também aí, de uma estratégia adotada, pois uma vez que a base tenha sido bem fundamentada se poderá facilmente — e de forma mais objetiva — mostrar a lógica interna da obra kantiana numa espécie de travação sistemática, tanto no que diz respeito às outras duas *Críticas*, quanto com relação aos demais escritos do *corpus* kantiano.

Marcado, pois, por sua tendência interpretativa lógico-objetiva, o autor chega ao final do primeiro capítulo — ao destacar que as recepções, sejam dos pós ou neokantianos, consistem, antes, em tentativas de superação daquele programa —, propondo uma perspectiva de leitura sistemática, ao passar da recepção às perspectivas de interpretação. Tendo em conta que a interpretação do *corpus* kantiano depende daquela dada à primeira *Crítica* (ou seja, se como teoria do conhecimento, ou como metafísica, ou ainda como política, porque prática), a perspectiva de interpretação adotada pelo autor (esboçada já no segundo capítulo) é a

de “que a *Crítica da razão pura* fornece ao mesmo tempo uma análise tanto dos fundamentos do conhecimento empírico e, portanto, da moderna ciência físico-matemática quanto dos conceitos ontológicos fundamentais, uma crítica da metafísica e, por fim, ainda uma defesa, no domínio teórico, do uso prático da razão pura” (pág. 47). Interpretando-a assim, ele oferece, em suas próprias palavras, “uma leitura abrangente e integradora das diversas obras de Kant” (pág. 47) — que o leitor potencial poderá confirmar por si mesmo.

Pretendendo oferecer, como resultado de mais de 30 anos de dedicação ao pensamento de Kant, apenas uma interpretação que faça justiça à obra do mestre, como ressalta desde o símbolo da justiça na capa do livro até as afirmações nele espreiadas — e não a superar como intentavam os pós e neokantianos —, fica a dúvida se a empreitada realizada pelo autor já não o coloca em continuidade com a tradição que, mesmo sem querer, já não teria alçado voo para fora da circunscrição em que se move o pensamento de Kant. Em qualquer dos casos, está-se diante de um trabalho primoroso, que faz dele ou um especialista de alta patente, especialmente pela maneira onisciente com que avança a explicitação da filosofia crítica, ou (por exclusão dessa) um intérprete que acharia saída própria para diversos problemas não resolvidos no limiar da obra kantiana — desta vez, porém, nascido em terra brasileira, apesar do sobrenome alemão. Esperemos os próximos capítulos — na esperança de que os kantianos tomem parte nesta decisão, diga-se esperança, porque, neste caso, para dar lugar a fé/crença (como bem salientou Kant), é preciso suprimir a razão/o saber.

Alan Ricardo Pereira  
Faculdade Arquidiocesana de Curvelo

WILSON, Mark. *Innovation and Certainty*. ISBN – 10: 1108742297. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. 82 p.

Como lidar com a inovação das descobertas sem atingir a certeza típica da matemática? Este é um grande dilema para os pesquisadores da área. O autor busca responder essa pergunta analisando as discussões feitas pelos matemáticos desde meados do século XIX, focando nas ideias do matemático Richard Dedekind, que serviram de base para o movimento conhecido como estruturalismo, bastante popular na filosofia da matemática atual.

O autor deste livro, Mark Wilson, é um filósofo norte-americano, professor da Universidade de Pittsburgh e membro da Academia Americana de Artes e Ciências. Sua pesquisa se concentra principalmente em entender a maneira como a matemática se conecta a questões características da metafísica e da filosofia da linguagem, e nas dimensões históricas desta ligação; nesse sentido, já escreveu livros sobre Descartes, Frege, dentre outros filósofos da matemática. Neste livro, ele discute a questão das descobertas feitas na matemática a partir da segunda metade do século XIX, que puseram em xeque muitas verdades aceitas durante séculos e tidas como imutáveis, e se estes resultados podem afetar o status da matemática enquanto repositório da verdade.

Pode parecer inusitado tratar de um tema desses, uma vez que atualmente a “filosofia da matemática” se restringe a discussões ontológicas e a pesquisa matemática em si tornou-se tão técnica a ponto de ser quase impossível estudar esse tipo de questão. Por outro lado, esta discussão é muito importante porque existe um “impulsão orgânico” que leva o repertório matemático para direções inovadoras, por vezes contrariando resultados tidos como

permanentes. Para obter resultados melhores e inéditos, os matemáticos costumam alterar algumas configurações de resultados já existentes; a questão central do livro é saber de que forma essas ampliações podem ser feitas sem alterar as alegações tradicionais da matemática – uma questão brilhantemente resumida pelo termo inovação e certeza, que é o título da obra.

A discussão é desenvolvida ao longo de oito capítulos, organizados de forma cronológica do século XIX e primeira metade do século XX. O primeiro capítulo é um resumo introdutório do tema, seguido por uma importante narrativa histórica dos vários movimentos filosóficos que procuraram entender a questão da rigidez matemática, discussão que se prolonga até o capítulo 7. Por fim, no último capítulo, o autor defende com detalhes o seu argumento à questão, focando nos trabalhos desenvolvidos por Dedekind.

No capítulo 1, o autor inicia a discussão mostrando como foi a reação dos matemáticos às primeiras extensões severas de resultados, feitas em meados do século XIX em áreas como geometria projetiva, geometria algébrica, números complexos e negativos, dentre outros, num mundo onde se tinha a ideia kantiana de que “geometria” e “número” eram os únicos entes em que raciocínios sintéticos a priori poderiam ser estabelecidos com segurança. Para defender estas novas ideias perante o enorme choque intelectual que elas provocaram, um grupo de matemáticos liderados pelo francês Jean-Victor Poncelet concebeu uma ideia conhecida como *permanência das relações matemáticas*, se aproveitando justamente do dilema levantado pelos apelos platônicos feitos pelos matemáticos tradicionais.

Não obstante a dificuldade de se estabelecer uma mudança de paradigma na discussão sobre o tema, os matemáticos

que defendiam as novas ideias quase foram postos em descrédito por causa de um erro num resultado publicado por Bernhard Riemann, baseado no princípio de Dirichlet, e contestado publicamente pelo matemático alemão Karl Weierstrass. O capítulo 2 se dedica a esta discussão que tomou conta da matemática na metade do século XIX, mostrando a reação de matemáticos e físicos à esta questão.

Embora o resultado publicado por ele tenha sido plenamente justificado muito tempo depois, o fracasso do resultado publicado por Riemann serviu de alerta para os logicistas que vieram a seguir, sendo este o assunto abordado no capítulo 3. A lógica, nesse caso, servia mais como uma tática metodológica para reformular um conjunto de descobertas fragmentadas no universo rígido da ciência articulada. O autor enfatiza que as primeiras ideias neste tema foram dadas pelo matemático Georg von Staud, mas foca bastante nas ideias desenvolvidas por Dedekind, Gottlob Frege e Bertrand Russell, que são considerados os “pais” do logicismo moderno, adotado por muitos filósofos da matemática hoje.

No capítulo seguinte, o autor mostra como esses conceitos deram origem à teoria dos conjuntos (resumida pela sigla ZFC – Zermelo-Frankel-Choice) e num movimento filosófico conhecido hoje, na matemática, como estruturalismo. Foi nesta época que surgiu a ideia de que o repertório matemático deve “crescer organicamente” a partir de domínios já estabelecidos e solidificados, opinião que é defendida pelo autor no último capítulo do livro.

Os capítulos 5 e 6 dedicam-se a detalhar uma vertente fundamentalista derivada do logicismo, conhecida pelo apelido “if-thenism”, dado por Russell; segundo este movimento, um matemático é livre para explorar qualquer

sistema axiomático auto-consistente de sua escolha (os axiomas correspondem ao “se”, os teoremas resultantes correspondem ao “então”). O objetivo, por trás disso, era uma esperança dos matemáticos em compartilhar suas investigações matemáticas sem ter de submetê-las a considerações filosóficas ou psicológicas, uma vez que elas se encontravam rigorosamente embasadas num sistema dedutivo válido. Essa metodologia simples era baseada na axiomatização recém-publicada por David Hilbert em 1899, que acreditava que qualquer assunto axiomatizado poderia ser estabelecido através de um raciocínio aritmético – ideia derrubada pelos célebres teoremas da incompletude de Kurt Gödel, algumas décadas mais tarde. Apesar de alguns resultados matemáticos importantes terem sido feitos sob esta égide e validados posteriormente, tais como o cálculo operacional de Oliver Heaviside e os cálculos lógicos de George Boole, o “if-thenism” foi sendo deixado de lado por ser considerado extremamente purista e, no fundo, reduzir a matemática a uma imensa tautologia.

O autor também narra, no capítulo 7, que existiu uma vertente oposta ao logicismo e ao “if-thenism”, sobretudo em combate a este último. Conhecida pelo apelido de “parentesco oculto”, era defendida pelo matemático Henri Poincaré e dizia que os estudos devem passar dentro de uma regra geral, que servem como balizadores dos novos resultados; entretanto, o cruzamento de métodos distintos de investigação podem levar a utilizar um caminho alternativo que chegue ao mesmo resultado - algo semelhante ao que conhecemos hoje como interdisciplinaridade. A articulação dessas semelhanças abstratas requer uma flexibilidade conceitual que não é facilmente operacional para um logicista, mas elas são igualmente capazes de explicar filosoficamente o

“desenvolvimento orgânico” da matemática.

O último capítulo do livro é uma longa e detalhada discussão acerca da reflexão inovação x certeza, baseada nas ideias escritas por Dedekind e chamadas de *receitas de raciocínio*, que são um conjunto de etapas para investigar metodologicamente um fato até chegar a um resultado conciso e validado cientificamente. O autor cita, em defesa deste método, vários outros filósofos como Paul Carus, Hermann Lotze e Arthur Schopenhauer, bem como ressalta que as visões defendidas por ele contrastam fortemente com os círculos filosóficos de hoje, onde presume-se que algum núcleo interno de “necessidade absoluta” pode ser firmemente moldado porque “todas as proposições permanecem verdadeiras em todos os mundos possíveis”. No final, o autor ressalta que a inovação e certeza podem caminhar juntas, uma vez que as verdades centrais da matemática servem como impulso para aumentar as habilidades de raciocínio produtivo, que caracteriza a inovação – por isso, o autor não vê grande vantagem em construir uma ontologia para a matemática.

A imensa quantidade de exemplos citados certamente é um fator positivo da obra, sobretudo para quem não conhece profundamente o universo matemático dos séculos XIX e XX. Entretanto, o leitor pode facilmente perder o fio da meada porque uma simples ideia é intercalada por vários exemplos, com definições e proposições que às vezes se revelam inúteis para a discussão em voga. Apesar de ser uma obra sobre filosofia da matemática, nota-se que o autor trata mais sobre matemática do que sobre filosofia – por outro lado, isto não pode ser abonado pelo tema

da obra, porque o próprio autor ressalta que é necessário haver uma maior integração entre estas duas áreas.

Além disso, em várias partes do texto é perceptível a ansiedade do autor em defender o ponto de vista de Dedekind, espalhada por várias citações indiretas ao longo da obra, e pelo maior nível das críticas feitas aos adversários deste. Dentro deste ponto, é bastante notável a minúscula menção ao movimento dos “parentescos ocultos”, feita quase que por obrigação, sendo que esta também é uma vertente bastante defendida dentro da filosofia da matemática nos dias atuais. Por outro lado, a riqueza de detalhes do último capítulo mostra que a defesa do ponto de vista do autor foi muito bem estruturada, o que enriquece bastante a obra. Provavelmente, este foi aconselhado a fazer uma pequena revisão histórica antes de apresentar a sua defesa sobre o tema, e o fez até um pouco mais adiante do que seria necessário.

Enfim, trata-se de um livro bastante esclarecedor para quem não tem muita noção acerca da reflexão inovação *versus* certeza, que é um dos debates centrais da filosofia da matemática, fornecendo um certo conteúdo introdutório e um dos pontos de vista sobre o tema. Entretanto, um incauto pode pensar que se trata de uma discussão única e aceita por toda a comunidade científica, quando na verdade possui várias vertentes e opiniões contraditórias.

*Marlon Oliveira Martins Leandro*

*Doutorando em Ciências da Religião pela  
Universidade Católica de Pernambuco  
(Unicap); professor do Instituto Federal  
de Pernambuco (IFPE).*

SANTOS, Katia. *A antinomia da teoria do conhecimento de Schopenhauer*. Coleção Leituras Filosóficas. São Paulo: Edições Loyola, 2020, 340 p. ISBN: 10: 8515046687.

Schopenhauer é um autor que vem ganhando destaque entre nós, brasileiros, sobretudo a partir dos anos 90. Hoje em dia, já há um número considerável de trabalhos sobre sua filosofia, e o livro de Katia Santos *A antinomia da teoria do conhecimento de Schopenhauer* é um exemplo desse movimento. Originalmente apresentado como tese de doutoramento no Departamento de Filosofia da FFLCH – USP, o texto, publicado pelas Edições Loyola, contribui significativamente para o debate sobre o filósofo ao adotar um ponto de vista original sobre sua obra, interpretando-a a partir das bases das lógicas paraconsistentes.

A razão dessa abordagem e seu aspecto inovador podem ser entendidos considerando-se características próprias do pensamento de Schopenhauer, que é particularmente marcado por dificuldades interpretativas oriundas, muitas vezes, da adoção concomitante de pontos de vista que a princípio se contradizem – como, por exemplo, idealismo e realismo, ou idealismo e materialismo. Em outros momentos, dificuldades surgem do que se apresenta como solução para questões clássicas, como as relações entre liberdade e necessidade ou entre causa eficiente e causa final. Há ainda temas próprios de sua filosofia que geram controvérsias desde os seus primeiros leitores até hoje – algumas delas assumidas pelo próprio Schopenhauer, como é o caso da antinomia da faculdade de conhecimento, objeto principal do trabalho de Katia Santos.

Formulada em termos gerais, tal antinomia (termo usado pelo próprio filósofo) pode ser entendida da seguinte

forma: o mundo só existe como representação de um sujeito que, por sua vez, é dependente de toda uma cadeia de causas e efeitos que o precede. Do ponto de vista da filosofia de Schopenhauer, a dificuldade surge porque entram em choque, por um lado, o seu idealismo, para o qual a representação tem suas condições - espaço, tempo e causalidade, entre outras - dadas a priori e no sujeito, e é estabelecida pela relação necessária que esse sujeito tem com o objeto; e por outro, a sua metafísica, que determina (a posteriori) que tal sujeito representante é um elo tardio do curso causal e temporal da natureza: assim, o tempo só “existe” a partir do sujeito representante que, no entanto, surgiria em um momento que sucede eventos anteriores. Assim, a antinomia se dá porque deve haver uma temporalidade anterior ao sujeito e à representação, mas o tempo só pode surgir na representação desse sujeito. Na medida em que se compreendem outros elementos da filosofia de Schopenhauer implicados nessa antinomia (como, por exemplo, a representação enquanto resultado da atividade fisiológica do cérebro, e este como órgão de um sujeito que é “dependente de uma longa cadeia anterior de causas e efeitos” – como escreve Schopenhauer no §7 de *O mundo como Vontade e representação*), ela pode ser reencontrada em outras formulações, como esta: a representação é um produto de meu cérebro, e este é produto da representação. Essa enunciação do problema foi feita por Eduard Zeller (na obra *Geschichte der deutschen Philosophie seit Leibniz*), que acabou estabelecendo o modo mais recorrente de entendimento da antinomia (que é indicada frequentemente como o *paradoxo de Zeller*, como se Schopenhauer já não a tivesse anunciado), constantemente interpretada como contraditória. Diagnóstico que muitas vezes e também por outros

caminhos é feito sobre o pensamento schopenhaueriano como um todo.

É dentro dessas questões que se move o livro de Katia Santos. Mesmo reconhecidas essas dificuldades da filosofia schopenhaueriana, a autora não pretende, como é usual, criticá-la ou defendê-la fazendo, por exemplo, uma interpretação a mais acerca da antinomia da faculdade de conhecimento, mas propõe uma mudança de olhar sobre a questão: trata-se de buscar uma postura que consiga fazer coexistirem as teses que aí se chocam – o que, no limite, é indicado como uma postura que deve orientar a análise dos eixos principais da obra inteira do filósofo. Para tanto, como defende a autora, podemos analisá-los a partir de um enfoque diferente daquele orientado pela lógica clássica (segundo o qual rechaçamos a existência de inconsistências num sistema filosófico, a partir do princípio de não contradição) – qual seja, o da lógica paraclássica desenvolvida por Newton da Costa e Decio Krause. A partir dessa mudança de abordagem, teses que seriam encaradas como excludentes (como aquelas envolvidas na antinomia da faculdade do conhecimento) – e em alguns casos contraditórias – passam a ser vistas como complementares mesmo que incompatíveis<sup>1</sup>. Assim, são vistas como essenciais para a compreensão do objeto, mas não podem ser combinadas, justamente porque se excluem. Ao fazer isso, segundo essa proposta lógica, evita-se que se chegue a uma contradição entre elas, o que evitaria que o sistema (no caso, a filosofia de Schopenhauer – que, vale lembrar, não

é segundo ele mesmo sistemática) se tornasse contraditório e trivial (e assim não se tem condições, a partir de seus pressupostos, de decidir entre o que é verdadeiro ou falso). Nessa perspectiva adotada por Katia Santos, o que haveria de inconsistência nas teses centrais da filosofia de Schopenhauer deixa de ser, digamos, sumariamente condenado a partir do princípio de não-contradição, e passa a ser considerado como fundamental e constitutivo de sua visão de mundo. Esta diretriz de avaliação é o principal (mas não o único) aporte do livro, que assim introduz um ponto de vista original para orientar o estudo de Schopenhauer. Em se tratando de um autor cuja filosofia é muitas vezes acusada de inconsistência e que por isso é frequentemente desqualificada, tal contribuição é bem-vinda.

Para atingir esse resultado, Katia Santos faz um longo percurso sobre alguns temas centrais do pensamento de Schopenhauer. E tal caminho é necessário, pois é preciso refazer para o leitor os passos que tanto constroem sua filosofia quanto a enredam nas dificuldades que a autora busca examinar. Assim, ao acompanhar sua análise o leitor encontrará descrições detalhadas, por exemplo, sobre o princípio de razão, os fundamentos da metafísica da Vontade, a fisiologia do conhecimento, o campo da representação. Isso permite que se tenha um quadro sobre as linhas gerais das posições do filósofo, ao mesmo tempo em que se consegue entender as relações teóricas que as constroem e que conectam as várias compreensões possíveis da antinomia da faculdade de conhecimento – por exemplo, a do próprio Schopenhauer e a de Zeller. Mas o texto de Katia Santos não expõe apenas essas duas posições, e traz um ótimo inventário sobre críticas feitas por outros autores a essa antinomia e a suas implicações teóricas, além de tratar de outras questões relacionadas

---

<sup>1</sup> Como explica Newton da Costa, citado na página 318 do livro de Kátia Santos: “Em outras palavras, parece perfeitamente razoável considerar aspectos complementares *incompatíveis*, no sentido de que sua *combinação* numa descrição única pode levar a dificuldades”.

à filosofia de Schopenhauer, de modo que o livro faz uma rica análise histórica e da bibliografia secundária, necessária para mostrar tanto a importância do tema em questão quanto a especificidade da abordagem proposta no livro – que surge de modo mais direto apenas nos trechos finais do texto. Mas esse enfoque é construído ao longo de todo o percurso, e ao fim da leitura percebe-se o vínculo estreito que existe a maneira como se interpreta essa antinomia e o modo como se compreende os eixos fundamentais da filosofia de Schopenhauer – que ao invés serem pensados como contraditórios, tornam-se complementares: a antinomia da faculdade de conhecimento reverbera a *complementaridade* entre ideal e real, que por sua vez é ressonância da dicotomia fundamental entre representação e Vontade – pontos de vista complementares sobre o mundo. Assim, a escolha de Katia Santos mostra-se não só precisa, mas também perspicaz, e sua proposta de investigação torna-se clara: não se trata, em momento algum, de analisar o conjunto da filosofia de Schopenhauer segundo uma abordagem que exigisse dela, seguindo o princípio de não contradição, uma compatibilidade completa de suas posições: ao contrário, elas podem e devem mesmo ser conflitantes – essa seria uma característica intrínseca desse pensamento.

É importante observar que isso não significa abandonar por completo o princípio de não contradição na abordagem da filosofia de Schopenhauer. Desse modo, ele continua a ter validade – e objeções oriundas de sua consideração têm sua razão de ser para a autora – mas, na sua perspectiva, não é fundamental respondê-las. Sobretudo aquelas que se dirigem aos eixos principais de sua concepção de mundo: trata-se de observar tal princípio num uso mais localizado, e não universalizá-lo de tal modo que

ele seja extrapolado a todos os objetos e relações do pensamento do autor, o que estagnaria a sua compreensão<sup>2</sup>. Assim, mesmo que o próprio filósofo assuma aquele princípio como uma das regras fundamentais do pensamento e, por consequência, da filosofia, e que portanto a rigor a sua observação rigorosa seria exigida, o livro não se limita por esse viés de análise, propondo assim a abordagem alternativa através da lógica paraclássica – sem a pretensão, vale observar, de com isso fazer uma espécie de axiomatização da filosofia de Schopenhauer, mas com o intuito de resguardá-la de críticas sobre sua inconsistência, contornando-as. Conforme escreve a própria autora, na página 313 de seu livro:

“Desse modo, analisaremos a estrutura do mundo projetado pela filosofia schopenhaueriana, com base na conceituação e discussão da lógica paraclássica. O objeto de análise aqui não é exatamente o discurso de Schopenhauer ou o possível desrespeito ao princípio de não contradição nas suas obras, mas os eixos do mundo delineado por ele, que nos parecem formar uma composição paraclássica. Assim, é à concepção schopenhaueriana de mundo, apoiada

---

<sup>2</sup> Como explica Katia Santos, na p. 312: “Ao que nos parece, essas tensões e dificuldades são constitutivas, essenciais, isto é, fazem parte da sua estrutura e não podem ser eliminadas. Sintomaticamente, o problema das contradições e dos conflitos entre teses opostas tem permanecido no decurso do tempo, e as tentativas de resolução não tiveram resultado definitivo. Para nós, isso significa que a questão é mais complexa do que se tem pensado e exige uma mudança de perspectiva e de abordagem. Partindo dessa convicção, pensamos que é possível esclarecer a estrutura da filosofia schopenhaueriana e as decisões teóricas tomadas pelo filósofo com base na concepção das chamadas lógicas paraconsistentes. Nossa intenção não é eliminar ou resolver os problemas, mas apontar uma perspectiva em que eles não sejam estagnadores, isto é, não interrompam a investigação como obstáculos intransponíveis”.

firmemente na intuição empírica, que queremos aplicar as ideias da paraconsistência. Como dissemos anteriormente não queremos formalizar a filosofia de Schopenhauer, não pretendemos calcular seus teoremas ou conclusões para provar se é ou não inconsistente. Ademais, nossa investigação mostrou que nada disso é necessário, pois a inconsistência é uma de suas características mais fundamentais”.

Se com isso os questionamentos sobre a inconsistência da filosofia de Schopenhauer não podem ser diretamente enfrentados no terreno em que se engendram, suas implicações e limitações poderiam ser redimensionadas (e, ao fim, como que diluídas), tornando a abordagem do conjunto da obra menos problemática e, assim, talvez mais profícua, preservando seus desdobramentos e permitindo um melhor entendimento das intenções e opções teóricas do autor. Vale observar que Katia Santos reconhece o anacronismo de sua proposta – pois usa uma lógica de desenvolvida no século XX para analisar um autor do século XIX, mas que é justificado pela autora tanto por sua interpretação de Schopenhauer como também por sua avaliação de que desse modo os ganhos compensam os custos.

Essa espécie de blindagem que se estabelece ao redor de contradições comumente reconhecidas nos parâmetros da lógica clássica, e que tem a função principal de preservar o bloqueio da investigação sobre a filosofia schopenhaueriana diante delas é, como dissemos, original e bem-vinda – particularmente diante de vários comentadores do filósofo com os quais Katia Santos debate em seu texto, e que fazem justamente a leitura que ela quer evitar, e que ainda é feita nos dias de hoje, embora ao que me parece em menor escala do que encontramos do século XIX até o meio do século XX: talvez

então não por acaso a interlocução com intérpretes de Schopenhauer desse período desempenhe um papel central na construção do livro. Mas no estágio atual da pesquisa sobre Schopenhauer, parece haver uma proporção maior de trabalhos que lidam com as dificuldades da sua filosofia sem que elas “interrompam a investigação”, como escreve Katia Santos – mesmo que tais estudos não assumam uma perspectiva de análise baseada numa lógica paraconsistente. Estamos, pois, distantes daqueles anos “selvagens” da filosofia – lembrando aqui uma expressão de Safranski<sup>3</sup> - que descreve os anos em que Schopenhauer escreveu e que parecem ter dado o tom de muitas das críticas ao filósofo (contemporâneas e posteriores a ele) que mobilizam o percurso da autora.

Autor de sua época, o próprio Schopenhauer foi um crítico, muitas vezes feroz e mordaz, de seus contemporâneos. Kant, Fichte, Schelling, Hegel – para ficar nos principais – foram duramente censurados, em vários níveis e de modos distintos, que frequentemente descambam para xingamentos e ofensas pessoais. Mas ele acusou todos esses filósofos de serem contraditórios, em diferentes graus, alguns por certas definições, outros por seus sistemas filosóficos, alguns dos quais considerados por Schopenhauer como equivocados, inconsistentes e até mesmo desonestos. À exceção de Kant, não

---

<sup>3</sup> Cf. Safranski, Rüdiger, *Schopenhauer e os anos mais selvagens da filosofia. Uma biografia*. Trad. William Lagos. São Paulo: Geração editorial, 2011. No prefácio do livro (p. 9) podemos ler: “O livro se debruça sobre o passado e contempla um mundo desaparecido em que a Filosofia, mais uma vez, quem sabe a derradeira, existiu em magnífica floração. Esses foram ‘os anos mais selvagens da filosofia’, a época entusiástica em que viveram Kant, Fichte, Schelling, os filósofos românticos, Hegel, Feuerbach e o jovem Marx. Nunca se havia pensado de uma forma tão exaltada e exaltadora sobre a filosofia”.

assumiu a influência que recebeu dos outros três, e praticamente escamoteou o debate com eles, que ficou bloqueado à espera de explicitação por seus intérpretes. Desse ponto de vista, não deixa de ser irônico ver o livro de Katia Santos dispensando um tratamento à filosofia de Schopenhauer que ele mesmo por várias razões não concedeu aos seus adversários, dos quais cobrou impiedosamente consistência, fazendo justamente em suas análises dessas filosofias um uso (seja localizado, seja universal) implacável do princípio de não contradição. Ao mesmo tempo, reclamava sempre para a sua própria filosofia o reconhecimento de sua veracidade e coerência, mesmo admitindo nela a existência de pontos que, embora incontestáveis a seus olhos, não seriam alcançados pelas formas racionais de conhecimento, e que desse modo não poderiam ser demonstrados e, assim, poderiam ser considerados como obscuros – mas não como contradições, visto que estas só se dão no campo da razão. Essa admissão do filósofo contribui significativamente para Katia Santos entender o estabelecimento de teses excludentes e incompatíveis como um elemento constitutivo de sua filosofia, que assim seria um exemplo de sistema lógico paraconsistente *avant la lettre*, fazendo de Schopenhauer uma espécie de precursor inconsciente da lógica paraclássica, sem condições de formalizá-la ou reconhecê-la, como que a pressentindo ou a exigindo sem saber. Na verdade, poderíamos pensar a partir dos resultados do livro de Katia Santos que a teoria da verdade de Schopenhauer, sua metafísica vinculada à experiência, a centralidade do conhecimento intuitivo e sua concepção do discurso filosófico estariam “prenhes” dessa lógica paraconsistente: essa me

parece ser a tese latente, não explicitada, que imanta o livro todo, e que faz de Newton da Costa o interlocutor fundamental de Katia Santos.

O seu livro, por fim, é um bom estudo sobre o pensamento de Schopenhauer, que abre novos horizontes na pesquisa sobre o autor – sobretudo, enquanto sugere uma espécie de metodologia alternativa de abordagem do conjunto da obra que, como dissemos antes, é particularmente favorecida por essa leitura, dadas as tensões que nela existem. Para outras filosofias, com sistemas muito mais coerentes do ponto de vista da lógica clássica (como, por exemplo, a kantiana, a de Fichte e a hegeliana), esse viés alternativo de abordagem não me parece necessário e mesmo muito produtivo – os custos, aqui, não compensariam os poucos ganhos. E quais seriam estes custos no caso de Schopenhauer? Um deles, talvez, seja atenuar enfrentamentos das contradições que são vitais para a constituição de sua filosofia e do lugar de seu pensamento, minimizando-as: sua compreensão e seus desdobramentos, via de regra, sobrevivem a esse exercício, e salutarmente carregam a marca desse processo. É evidente que o pensamento de Schopenhauer também pode sobreviver a uma interpretação desse tipo – posto que várias delas já ocorreram do século XIX até os dias de hoje – mas, mesmo assim, a proposta de leitura de Katia Santos é muito bem-vinda, e abre um novo horizonte metodológico para a abordagem de Schopenhauer.

Eduardo Brandão  
Universidade de São Paulo - USP

RODRIGO, Lúcia Maria. *Filosofia e Educação na Idade Média e na modernidade*. São Paulo: Loyola. 2021, 183 p. ISBN: 9786555040548.

A obra *Filosofia e Educação na Idade Média e na modernidade*, da professora Lúcia Maria Rodrigo, trata de um encontro que se dá entre os âmbitos da Filosofia e da Educação em suas maiores amplitudes. “Ninguém escapa da Educação” escreveu o educador Carlos Rodrigues Brandão. Nesse sentido, desde os antigos filósofos também não nos escapa a reflexão filosófica sobre a Educação. É nessa interseção que o livro em pauta nos apresenta um rico percurso. De santo Agostinho a Rousseau, passando por Tomás de Aquino, Descartes, Locke, Hume e Kant, a autora expôs, com maestria, “a abordagem do pensamento filosófico do ponto de vista da sua interseção com o tema da Educação (Introdução, p.7)”.

Não é raro que encontremos por aí injustas dissociações. É Filosofia ou é Pedagogia? é a pergunta que costumamos ouvir quando tratamos de dar voz aos textos de filósofos que refletiram sobre a educação. Com a publicação dessa obra temos em mãos não só a resposta a esse aparente dilema, mas, sobretudo, um exame minucioso – feito em linguagem claríssima – sobre pensadores medievais e modernos, que se debruçaram sobre o problema filosófico da Educação.

O livro é composto por três partes que, obedecendo à cronologia da história da Filosofia, descrevem as diversas concepções filosóficas da Educação e do ensino escolar. A primeira parte trata da *Paideia cristã na Idade Média*. Nessa primeira seção ganham destaque santo Agostinho (século IV-V) e santo Tomás de Aquino (século XIII) em seus respectivos escritos sobre educação. Na segunda parte – *Influência do*

*racionalismo e do empirismo modernos na educação ocidental* – a autora parte de Descartes (século XVII) – claro, como marco inicial do pensamento moderno – e põe em relevo “a quebra com a tradição educativa no Discurso do Método” e “a influência do empirismo clássico na educação”. Na terceira parte, intitulada *Pensamento Iluminista e Educação* a autora nos esclarece sobre o Século das Luzes (séculos XVII-XVIII) e seus respectivos ícones e ideais.

A obra, em seu conjunto, é valiosa para professores, estudantes não só das licenciaturas em que se estuda Filosofia da Educação, mas para todos que desejam conhecer um pouco mais sobre temas da Educação que foram tratados no vasto panorama da Filosofia Ocidental.

Nesse sentido, o recorte histórico privilegiando o pensamento medieval e o pensamento moderno chega em boa hora. Ainda que temporalmente distantes temos muito a descobrir e a aprender tanto com os medievais quanto com os modernos. A história das ideias filosófico-educativas não se fez linearmente, como se uma época suplantasse a outra. Ao contrário, a história das ideias é composição de fios que são tecidos graças àqueles pensadores que, privilegiando um ou outro tom, nos auxiliam a desfazer ou refazer os nós que são muitos. Por isso mesmo, pensadores da Educação - em todas as épocas e em diversos contextos – nos dão instrumental teórico para que também nós compreendamos a realidade educacional em suas múltiplas dimensões e perspectivas e continuemos nos ofícios do filosofar e do educar, a um só tempo.

Sílvia Contaldo  
FAJE